

DESENVOLVIMENTISMO: TEMA E VARIAÇÕES

Luciana Silveira

luciana.silveira@ufrgs.br

Orientadora: Prof. Dra. Roseli Coelho

roselicoelho@uol.com.br

Resumo: O presente artigo parte do desenvolvimentismo enquanto *tema* e trata de suas *variações* como liberal-desenvolvimentismo, desenvolvimentismo e nacional-desenvolvimentismo, tendo por objetivo verificar a influência de tais “ismos” no período de transição compreendido entre o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso e o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva.

Palavras-chave: Ideologia; Nacionalismo; Desenvolvimentismo; Liberalismo; Cepal; ISEB

1. Introdução e Objetivos

O que separa o governo de Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente do Brasil pelo PSDB, e o primeiro mandato de Luis Inácio Lula da Silva? Mais do que nas personagens, nosso foco recai nas semelhanças que os unem: o presidencialismo de coalizão, a transformação da toada desenvolvimentista, a financeirização da economia e as denúncias repetidas de corrupção e manipulações do Poder Legislativo, que em algum momento recaíram sobre estes ocupantes do Poder Executivo e seus aliados. Tais pontos em comum não são consensuais: ora são negados, ora são afirmados, tanto à esquerda, quanto à direita do espectro político brasileiro.

A política de fomento ao desenvolvimento econômico como afirmação da autonomia nacional; a práxis política supostamente desconexa da economia, esta cada vez mais financeirizada e chamada “neoliberal”; o descrédito da sociedade em relação à política e à transparência de seus representantes. Tais são os assuntos que norteiam a pesquisa ora apresentada e que serão abordados a partir das análises do *nacional-desenvolvimentismo*, *neoliberalismo* e da suposta fusão destas duas correntes ideológicas: o *liberal-*

desenvolvimentismo. Ressaltamos, portanto, que está em questão um *tema*, um aspecto da vida ideológica da realidade social brasileira. Neste artigo não se abordou diretamente nenhuma política pública e também não se privilegiou a linearidade temporal, uma vez que tratamos das *variações* do desenvolvimentismo e não de História (cronológica) do Brasil.

2. Justificativa e Metodologia

Este artigo não tem a pretensão de fechar a questão: se um governo foi mais ou menos liberal que o outro. Trata-se de uma pesquisa exploratória e preliminar, importante tanto para a formulação mais precisa de um problema quanto para a proposição de hipóteses (GIL, 2007:43), com o objetivo de apontar algumas ideologias recorrentes quando se fala de desenvolvimento e política no Brasil. Os dados foram coletados em livros e artigos de periódicos, configurando uma investigação bibliográfica, com ênfase na análise de conteúdo (GIL, 2007:65). A possibilidade de acessar dados não-trabalhados, como reportagens de jornais, revistas semanais e sítios eletrônicos, caracterizando uma pesquisa documental (GIL 2007:66), não foi excluída.

A relevância do presente trabalho, portanto, está contida em seu objetivo mesmo: o mapeamento do conceito de *liberal-desenvolvimentismo* e a extensão de sua influência em meio acadêmico e estatal na atualidade, verificada a partir da leitura exploratória de artigos acadêmicos que delineassem o conceito de liberal-desenvolvimentismo, tais como as relações entre Estado e mercado, além da construção da idéia de nação. A expressão “novo desenvolvimentismo” teria sido cunhada por Luiz Carlos Bresser-Pereira em 2003, segundo o próprio autor (BRESSER-PEREIRA, 2007:6) para designar o mesmo fenômeno; no presente texto, será utilizada em alternância com o conceito ora em estudo.

O liberal-desenvolvimentismo pretende ser um contraponto ao projeto neoliberal. Trata-se da perspectiva ideológica atualizada do projeto nacional-desenvolvimentista. Parte-se do princípio de que o Estado brasileiro, uma vez ultrapassada a fase de acumulação primitiva do capital, e a etapa da industrialização, tendo com isto alcançado um desenvolvimento médio, pode prescindir da opção de ser um agente econômico ativo e atuante desde que mantenha vivo seu papel regulador e de investidor em infra-estrutura e políticas macroeconômicas que dêem conta do cenário de incertezas característico do mercado.

A partir dos autores ora apresentados, pode-se afirmar que origens do liberal-desenvolvimentismo remontariam a uma “releitura” da concepção cepalina de industrialização, não se tratando mais de substituir importações, mas de incorporar inovações tecnológicas ao processo produtivo a partir de investimentos em pesquisas de

aplicação e desenvolvimento. O Estado, nessa concepção, precisa ser forte para desenvolver um mercado igualmente forte através do fomento a demanda, principalmente. Ambos, Estado e mercado interno, precisam se fortalecer para que o crescimento econômico seja elevado e as desigualdades sociais, nessa perspectiva, sejam diminuídas, porém em contexto socioeconômico distinto: o da *financeirização da economia*, aqui compreendida como, principalmente: 1) desregulação das relações trabalhistas; 2) aumento do investimento direto estrangeiro; 3) taxas de juros favoráveis a remuneração do capital rentista (NAIM, 2000).

A pergunta inicial, norteadora desta investigação (“Há correlação entre *liberal-desenvolvimentismo* [...] e as tomadas de decisões dos agentes do Estado após o fortalecimento da democracia no Brasil?”) tem melhor delimitação na hipótese: *se a prática liberal-desenvolvimentista permeia as políticas públicas brasileiras, será esta uma característica da democracia consolidada?* Aqui, a pergunta sobre a “característica da democracia consolidada” assume o caráter de variável independente ou explicativa, a ser colocada à prova.

Para propósitos de verificação é preciso limitar temporalmente o período democrático que se pretende analisar. Há bibliografia referente ao primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso considerando que tal governo foi comandado e composto majoritariamente por um grupo de liberais-desenvolvimentistas (COUTO, ABRÚCIO, 2003). É possível regredir na linha temporal e eleger como marco a derrocada do Estado Desenvolvimentista após a abertura democrática e a reforma do Estado de cunho thatcherista (FIORI, 1992: 86), mas opta-se por avaliar um período ainda mais recente: a primeira transição de poder entre dois presidentes eleitos por voto direto após a instituição do dispositivo da reeleição para mandato de quatro anos.

3. No princípio, era o Desenvolvimentismo...

O desenvolvimentismo é uma ideologia política que pressupõe a modernização conduzida pelas elites do Estado a partir de seu aparelho, nas funções de *agente*, *planejador* e de *coordenador* do processo que conta também com a participação da iniciativa privada nacional. O Estado assume a tarefa como incumbência para além dos interesses políticos: para tanto, a ciência econômica exerce papel fundamental por seu suposto caráter portador de valores *racionais e técnicos*. Logo, trata-se de alavancar, a partir do planejamento e da ação estatal, a acumulação capitalista. Como ideologia, só faz sentido em países que chegaram “atrasados” à Revolução Industrial e que desejam ser

contemporâneos de seu tempo. Tal é o desenvolvimentismo; mas as *formas* por ele assumidas podem ser distintas ao longo do tempo.

O desenvolvimentismo, nas palavras de Florestan Fernandes, está associado à “segurança do país, ao desenvolvimento nacional e à conquista de melhores estados de bem-estar social”. Ele não necessariamente implica no “desenvolvimento da sociedade brasileira” (FERNANDES, 1974:72-74), posto ser ideologia a serviço de interesses de classe, e neste sentido, seu conceito difere da aplicação cepalina.

Para Mantega, o desenvolvimentismo é herdeiro direto da corrente keynesiana que se opõe ao liberalismo clássico e encontrou grande expressão, nos países periféricos, a partir das análises econômicas e *guidelines* para o desenvolvimento, elaboradas pela Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL (MANTEGA, 1985:24, 32-41). De acordo com Raúl Prebisch na década de 50, o modo como é distribuído o produto da inovação técnica e as diferenças nos “graus de evolução desses países” é, em última instância, o que confere um caráter singular ao problema do desenvolvimento na América Latina. É preciso investir o que houver de poupança disponível, tanto em bens de capital como em capacitação dos homens: trata-se de “assimilar a técnica, formar a poupança necessária e saber extrair de ambas o máximo proveito” (PREBISCH, 2000: 178). A questão reside em: de onde vem a poupança? Comprimir ainda mais o já restrito consumo latino americano para formar poupança interna não era alternativa para os cepalinos, que apontavam duas saídas: uma, o investimento estrangeiro direto em áreas que não estivessem relacionadas à infraestrutura; e outra, a emissão de títulos do tesouro dos países para negociação em mercado financeiro internacional.

Por essas características – proteção e fomento da economia interna a partir do modelo de substituição de importações (por meio da industrialização, portanto) e aceitação de investimento externo direto (IED) apenas em áreas que não comprometessem a segurança nacional – o desenvolvimentismo da CEPAL assumiu as cores nacionais, onde foi adotado. Sua influência decisiva na política e no pensamento econômico brasileiro em meados dos anos 50 lançou as bases do *nacional-desenvolvimentismo* no Brasil, incorporado também pelo ISEB.

O objetivo declarado dessa via de desenvolvimento em que o Estado pode até mesmo ser agente econômico é combater a inflação estrutural supostamente decorrente, principalmente, da deterioração dos preços de intercâmbio entre centro e periferia mediante investimento na industrialização dos países, com isso gerando e distribuindo renda coletivamente a partir da concentração de esforços no *mercado interno*. Contesta-se abertamente a teoria clássica das vantagens comparativas, cujo eixo é *externo*. Prebisch a

desmonta; produzir cada vez maior volume de café para exportação e com isso gerar divisas para importar manufaturas *não* é vantagem. Isso porque, segundo a tese dual-estruturalista, o setor exportador nas economias periféricas faz, internamente, as vezes de “moderno” sem, no entanto, dinamizar o “atrasado” – neste caso, a agricultura de subsistência, também responsável pela inflação estrutural por conta de sua demanda inelástica. Importa, portanto, articular “moderno” e “atraso” por meio da criação de um mercado interno, e isto se dará por meio da substituição de importações (OLIVEIRA, 2003a:12-15), agora uma força e valor social ideologicamente ativos na sociedade brasileira (FERNANDES, 1974:67-75).

Para a CEPAL de meados do século XX, o *subdesenvolvimento* não é produto do capitalismo – é a falta deste; não se trata, portanto, de uma etapa a ser vencida até o pleno desenvolvimento. É uma *singularidade histórica* das ex-colônias, cuja função no quadro capitalista “era fornecer elementos para a acumulação de capital do centro” (OLIVEIRA, 2003b:126). Para Florestan Fernandes, o subdesenvolvimento sequer era empecilho para a industrialização, antes favorecia o processo, desde que a sociedade possuísse “certa base demográfica, capacidade de importação e utilização de tecnologia científica (...) matérias-primas básicas, certo número de núcleos urbanizados suscetíveis de expansão” bem como reserva de trabalho (FERNANDES, 1974:73).

A matriz cepalina se fez presente, por exemplo, nas diretrizes da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos e também no Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek, traçado pelo Grupo Misto BNDE-CEPAL. O sucesso do Plano de Metas, porém, não pode ser alocado exclusivamente na conta do planejamento do BNDE e da CEPAL. Uma boa dose de jogo de cintura político teve papel decisivo para conciliar clientelismo e insulamento burocrático – o primeiro, necessário à governabilidade e o segundo, à eficácia do planejamento e sua execução. Na prática, a *conciliação* entre os elementos modernizadores e os elementos arcaicos, como as práticas clientelistas oligárquicas, é a tônica do pensamento político brasileiro¹ até hoje.

4. A CEPAL, o ISEB e o Nacional-Desenvolvimentismo

O nacional-desenvolvimentismo difunde-se no Brasil no início dos anos 50. Para o presente estudo, a relevância dessa ideologia está concentrada em seu alcance entre os intelectuais reunidos sob a égide do chamado “Grupo de Itatiaia”, posteriormente congregado no pelo Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política - IBESP. Tal

¹ Por pensamento político, adotamos aqui a definição de Faoro: o “saber informulado” cuja “função é a de direcionar a conduta humana em determinado sentido, não de representá-la enunciativamente, descritivamente”. Ou seja, o pensamento político não é ideologia, nem ciência política, tampouco filosofia política: é o critério de *validade* da *práxis*, é a prática política (FAORO, 1987).

grupo ganha apelo institucional com a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB – pelo presidente Café Filho em 1955. No ano seguinte, o trabalho desses intelectuais é amplamente respaldado pelo presidente Juscelino Kubistchek, tendo o instituto sido vinculado ao Ministério da Educação – MEC (TOLEDO, 1997:41-46). Todavia, isso não lhes garante poder de influência nas decisões governamentais porque são intelectuais, militares, políticos até mesmo – mas não são portadores do sacrossanto saber técnico-racional que ora passa a ditar as diretrizes do Brasil que pretende se modernizar rapidamente.

A Sociologia do ISEB não obedecia aos padrões científicos, para Florestan Fernandes (ABREU, 2005:111). Seria ideologia política disfarçada de ciência. Mas para seus intelectuais, a ideologia era defendida como algo positivo, que orienta a ação prática e também o conhecimento científico. A ideologia (no caso, o *projeto nacional*) transforma a realidade e ao mesmo tempo permite alcançar a consciência do que *realmente queremos ser*. Desse modo, não seria possível constituir tal consciência a partir de dados objetivos das ciências sociais. Assim, é preciso que a sociologia seja ressignificada por uma “criação própria do pensamento filosófico” para orientar a *práxis* a contento (TOLEDO, 1997:61-65,70-73). Toledo concorda que, apesar de ter contado com a participação de funcionários da administração pública e mesmo de militares em seus cursos de formação, o ISEB não influenciou as políticas de planejamento de forma direta, apesar de alguns de seus intelectuais terem sido chamados a desempenhar papéis na política, como Roland Corbisier, ou Ignácio Rangel no pensamento econômico. Mas o instituto teve sucesso no propósito de defender uma concepção de capitalismo com reformas sociais que congregou as esquerdas nacionalistas em torno de um projeto de nação.

Reunindo diversas linhas de pensamento tanto à esquerda quanto à direita do espectro político, pode-se inferir que o objetivo era formular uma ideologia de cunho nacionalista, que levasse o proletariado a trabalhar pelo desenvolvimento econômico do Brasil, guiado pela *classe dominante* que faria os investimentos necessários de capital – internacional ou nacional. A influência do pensamento isebiano foi determinante para a formulação de uma ideologia nacionalista sem cunho xenofóbico. Neste sentido, foi uma ideologia com pretensões universais e imparciais, sem ser particular a algum grupo, pois supostamente seria do interesse de todos os brasileiros a acumulação do capital e o desenvolvimento que daí adviria. Nesse ponto, cepalinos e isebianos concordavam: a redistribuição seria “automática”, esperavam estes últimos com o sucesso do Plano de Metas. Mas a ausência de queda na desigualdade de renda, apesar da riqueza produzida, foi percebida no início dos anos 60 e demonstrada por estudos da própria CEPAL. Prebisch mesmo reconheceria que a miséria e as desigualdades sociais, ao invés de perderem terreno, “iam se agravando, ao invés de diminuir” (PREBISCH apud Mantega 1985:44).

Foram problemas de certa forma ignorados até os idos do governo militar, da mesma forma que foram ignorados os primeiros sinais de esgotamento do Modelo de Substituição de Importações.

Creemos que é possível pontuar que essa foi a diferença entre o nacional-desenvolvimentismo vigente até a década de 80 (decretada a “década perdida” pela suspensão do crescimento) e o desenvolvimentismo de Roberto Simonsen levado a cabo por Getúlio Vargas. Este buscou apoio na cooptação de setores da *intelligentsia* brasileira para governar, mas soube concentrar e personificar o poder do Estado – e os frutos sociais desse poder – em sua própria pessoa: a Consolidação das Leis de Trabalho tida como “outorga” aos trabalhadores, a sindicalização, a abolição (simbólica, inclusive) da política dos governadores, e por fim a criação de dois partidos políticos quando sentiu ser necessário deixar a cadeira de presidente antes que fosse dela apeado, assumindo o papel de *demiurgo* do Brasil moderno.

Algo não menos importante, antes pelo contrário, que se apresenta como diferenciador entre a ideologia desenvolvimentista do Estado autoritário getulista e o nacional-desenvolvimentismo do governo JK é a “descoberta” da poupança externa, graças principalmente aos cepalinos e que redundou, em Juscelino, na aplicação bem-sucedida de *planejamento* na economia nacional com vistas a alterar a distribuição de renda, em saldo positivo na balança de pagamentos, em dadas taxas de crescimento do produto interno bruto e nível de emprego, além do crescimento de preços dentro de um limite fixado, algo que não havia sido feito com eficácia antes do Plano de Metas. Entra em cena a necessidade, portanto, não apenas de ideólogos que possam trazer legitimidade “acadêmica” ao projeto, mas também de técnicos que possam dar coerência aos objetivos, que possam prever o crescimento da demanda, garantir o crescimento da produção e mesmo o crescimento compatível da oferta dos fatores de produção (MINDLIN, 2003: 9-17) levando também em conta as demandas do empresariado.

5. O moderno, o liberal, o novo... desenvolvimentismo?

Muito se fala sobre o moderno e o atraso no Brasil, tão concomitantes quanto a “Casa Grande & Senzala” de Gilberto Freyre. Importante é saber qual dos dois termos está subordinado ao outro: as forças modernizadoras conduzem ou são conduzidas pelas forças do atraso?

No Brasil, idéias latentes podem ganhar impulso a qualquer momento. O liberalismo da livre empresa econômica, da igualdade entre os homens e principalmente, da liberdade, não pôde vicejar em ordem escravocrata. Necessária e vital era a República, que

transformaria a sociedade e também o jogo político do Império, jogo este do acerto conciliatório entre situação e oposição. A indistinção dos papéis políticos, em que conservadores e liberais se equivaliam entre si, se manteve na República Velha entre representantes das oligarquias paulista e mineira, intercambiáveis na condução do Estado, sem prejuízo de seus interesses. Foi o liberalismo sem povo, que temia a crescente participação popular e “predisposto à defesa da autonomia estadual (...) contra a centralização do poder” em uma época que se pautou pelo debate da “unidade nacional, da incorporação de novos setores e modernização institucional” (SOUZA, 1990:65). Sem a concretização de modernização da sociedade e das forças produtivas pretendidas pela República, tendo em seu lugar a fraude e a corrupção como tônicas, o liberalismo passou a ser associado, pelos intelectuais dos anos 20, à truculência, ao clientelismo, ao pensamento faccioso que atrasa o país. Rotulado como “idéia exótica” de “instituições importadas”, sem ter encontrado eco na vida cotidiana, o liberalismo de leis cedeu espaço ao autoritarismo antipartidário das instituições do Estado e da política, chamada a ser exercida por *técnicos*; a práxis política, portanto, desprovida de paixão, inserida em regime autoritário (SOUZA, 1990:63-75).

O reino da técnica e da planificação racional, bem como o uso da Sociologia enquanto técnica de controle social com o objetivo de perseguir “aperfeiçoamentos progressivos” nas atividades humanas – entre elas o desenvolvimento econômico – dá um caráter asséptico à Política. O *conflito* é força que “produz resultados construtivos, por incentivar e mesmo produzir as tendências à democratização do saber, das garantias sociais e do poder na sociedade de classes” (FERNANDES, 1974:336), mas com a adoção da postura puramente racional-técnica, negadora da política, acaba escamoteado pelo discurso da *cooperação* (“fazer o bolo crescer”) que interessa principalmente aos que desejam assegurar, em meio ao imponderável da vida social, suas próprias posições dominantes. Se a revolução democrática em Tocqueville era o universal inevitável e irresistível a lhe inspirar “terror religioso” por seu caráter sagrado, nos trópicos o *desenvolvimentismo* – liberal ou não – assume esse papel, por mais que suas características sofram a transformação do tempo. Tenha ímpetos privatistas ou estatizantes, a categoria “desenvolvimento” permanece como norte dos anseios nacionais, pois a nossa “é uma sociedade na qual o subdesenvolvimento se eleva à esfera de consciência social como condição socialmente indesejável” (FERNANDES, 1974:73).

6. Reformismo economês tecnocrático

À abertura política da Nova República, seguiu-se a liberalização da economia, compreendida como elemento imprescindível à governabilidade política, o que não inviabilizou a existência dos *rent-seeking groups*: “O direito torna-se redistributivista e, com isso, acaba por politizar todos os setores da população que procuram organizar-se para tentar viver à custa dos demais”: todos os setores passam a se debater em busca da obtenção de vantagens e proteção do Estado. Com incerteza jurídica, ocasionada inclusive pela inadequação dos controles econômicos adotados, instaura-se um clima de ingovernabilidade. O *rent-seeking* não deixa de ser a forma econômica assumida pela *estadania* e é uma característica marcante da prática política. No início dos anos 90, o que se pede é a retirada do Estado em setores econômicos nos quais “nunca deveria ter entrado”, segmentos nos quais o Estado teria sido forçado a intervir por circunstâncias históricas, mas sempre sujeito aos grupos de pressão e nem sempre possibilitado de escolher suas próprias políticas (*chosen policies*) (MARQUES, 1991:7).

O que o liberalismo atual demanda é o encurtamento da arena de ação da livre iniciativa privada, que estaria estrangulada pelo Estado e mais especificamente, pelas políticas públicas de direitos sociais tidas por “caridade com recursos alheios”. Sob essa ótica, são empecilhos: a legislação trabalhista, que onera a contratação e manutenção da mão-de-obra; o salário mínimo que incha a folha de pagamentos do Estado; a taxa de juros SELIC que deveria ser menor, pois “drena” da sociedade, capital que poderia ser empregado em produção, mas que, elevada, acaba por atrair investimentos em títulos da dívida pública nacional. Nesta mesma linha de pensamento, para os economistas de corte liberal a *incerteza jurídica* caracterizada por essa forma de *direito redistributivista* que recrimina o credor, acaba por instigar o consumo e não a poupança. Isto seria responsável pela ausência de crédito interno a longo prazo para qualquer setor², exceto o de consumo, o que obrigaria as empresas a tomar dinheiro no mercado externo, mercado este que não conta com a presença do “vício recriminatório”. O dinheiro externo inviabilizaria empreendimentos pequenos e médios internos (ARIDA, BACHA, LARA-RESENDE: 2004)

Estes dois pontos ainda hoje são controversos politicamente: o gasto público e a taxa de juros básica. Acreditava-se que o desajuste nas contas públicas seria gerador de inflação; mas apesar da deterioração fiscal, a estabilização foi alcançada porque o endividamento público passou a se refletir na relação dívida/PIB e a inflação esteve em queda. Caíram também as expectativas dos investidores externos, por conta do desarranjo das finanças do governo, e isso teria levado à desvalorização da moeda em 1999. De toda

² Não se faz distinção entre “capital financeiro” ou especulativo e o capital “produtivo” das indústrias, para os economistas ora em questão.

forma, sem condições favoráveis, tais como: liquidez internacional; mais de 40 bilhões de dólares em reservas; e abertura econômica, o plano dificilmente teria dado certo. O apoio político do Congresso também colaborou para a estabilização. Porém, a perspectiva de continuidade e a forma como o presidente Fernando Henrique Cardoso incorporou *sua continuidade*, equiparada à *estabilidade*, sempre alardeada em seu discurso, pode ter moldado as expectativas externas em relação ao Brasil e influenciado decisivamente na manutenção da política implantada – ou antes, continuada – do Partido dos Trabalhadores quando este conquistou o posto máximo do governo federal.

O processo de estabilização da economia reforçou a consciência do caráter técnico e a relativa autonomia conquistada pelo Banco Central para trabalhar a ancoragem cambial³, o que pode ter levado à percepção de descolamento das esferas política e econômica. Esse suposto descolamento, que não é exclusividade brasileira, foi bastante celebrado pelos radicais de direita e de esquerda; à direita do espectro político, o contentamento com a preeminência da economia e das livres forças de mercado, responsáveis pelo alocamento ótimo dos recursos sem necessidade de mediação política. À esquerda, pela suposta inutilidade da política e dos reformismos democráticos sociais nacionais (HIRST; THOMPSON, 2002 : 271-273).

O reconhecimento recente da necessidade de modernizar o Estado a partir de sua reforma em níveis, como o administrativo e fiscal, sem abrir mão do planejamento com vistas ao desenvolvimento modernizador, passou antes pela consolidação da estabilidade monetária a partir do ajuste fiscal e dos juros altos. A reforma do Estado não chega a ser novidade. O governo de Castelo Branco pretendia alcançar a racionalização administrativa, mas seu Decreto-lei 200/67, responsável também pela criação do IPEA, acabou por aumentar as tensões entre a Administração Direta e a Administração Indireta por causa da ausência de regulamentações claras (ABRÚCIO, 1997:40). Hoje vige o paradigma da administração gerencial (ABRÚCIO, 1997:7,8) porque, segundo o autor, o modelo weberiano de burocracia “não responde mais às demandas da sociedade contemporânea”. Abrúcio rejeita que o novo modelo *managerialist*, a despeito de ter sido implantado primeiro por governos neoliberais (vide Thatcher), possa ser igualmente chamado de *neoliberal*. Mas o autor admite que a contenção dos gastos públicos aliada à demanda por melhores serviços, são os parâmetros que norteiam a opção pelo *managerialism*. As agências regulatórias operando por metas estão inseridas neste contexto, assim como as parcerias

³ Segundo Castro, a Medida Provisória 542, responsável pela terceira etapa do Plano, estabelecia mudanças no Conselho Monetário com vistas a conceder maior autonomia ao Banco Central. Isso não teria ocorrido e mesmo com a possibilidade de intervir no câmbio e nas metas (âncora monetária), o BC não o fez. Mas sabemos que aos atores, não importa somente o que é *efetivamente* levado a cabo; as *possibilidades* e o que tais possibilidades sinalizam, são levadas em conta nas tomadas de decisões. Saber que o BC poderia intervir com autonomia sinalizou aos agentes que a ruptura da economia e da política estava em andamento.

entre governo e organizações não-governamentais (ONGs) e a descentralização política (eficaz, se a fiscalização for centralizada). O cidadão torna-se cliente e o Estado, fornecedor de serviços, nessa ótica.

Após os oito anos da inevitabilidade da força financeira do livre trânsito de capitais, fomos diagnosticados como “um país de desenvolvimento médio”, prontos para a nova etapa desenvolvimentista. Luis Carlos Bresser-Pereira, ex-ministro da Administração Pública e Reforma do Estado, aponta algumas características do novo desenvolvimentismo: o controle das contas públicas, a alta taxa de juros para combater a inflação, a administração da taxa de câmbio que não deve ser mantida apreciada a todo custo e a resistência aos ditames dos organismos internacionais. O Estado, nessa concepção, não pode substituir a sociedade, mas tem por dever complementá-la a partir da formulação de políticas macroeconômicas, notadamente uma política industrial por ser este o setor que gera mais empregos – o segmento “produtivo” que existe em contraposição ao “financeiro” ou “especulativo”. Mais importante, sugere-se a retomada de certo nacionalismo que, como aquele do ISEB, não será xenófobo. Apregoa-se uma “*consciência nacional*” que unifique os interesses das classes para a competição no capitalismo internacional e a elaboração de uma *estratégia nacional de desenvolvimento*, categoria que pode ser entendida como

...a orientação básica resultante do conjunto de políticas estatais em relação à atividade econômica, orientação básica que emerge por tentativa e erro, *default*, compromisso etc. ao longo do tempo. Essa noção põe ênfase portanto na orientação que surge ao longo do tempo como resultante do entrelaçamento de forças políticas. (SALLUM Jr., 2000 : 143)

O Brasil que deixou de ser *subdesenvolvido* (conceito cepalino dos anos 50) agora é um país de *renda média*, capitalista, com classe empresarial competente, ampla classe média, instituições razoavelmente modernas: condições para que o *mercado* possa conduzir quase que sozinho a economia brasileira. Para isso, são necessárias as *reformas*. Já não são aquelas ditas “de base” que derrubaram Jango em 1964 e precipitaram o país em um governo de exceção. São outras reformas que visam à modernização do atraso, reformas que acompanham o compasso mundial da economia financeira liberal que ganhou fôlego à época dos choques do petróleo (década de 70). Reformas que muitas vezes têm por objetivo dar fim à expressão maior do nacional-desenvolvimentismo: as empresas estatais. Neste sentido, nem Lula nem FHC são precursores de alguma coisa. A primazia das privatizações e do reformismo cabe ao primeiro presidente eleito por voto popular direto após a redemocratização do Brasil, Fernando Collor de Mello, na última década do século XX (FIORI, 1997, p. 16; FIORI, 1992; SALLUM JR., 2003).

A privatização nos anos Collor teria falhado por causa do Plano Collor 1. O impacto das privatizações no PIB foi de 0,4%. Dado que o impacto fiscal das privatizações seria pífio nos anos seguintes, quando o governo tinha meta de 3% do PIB a reduzir nos gastos estatais, parecia que algo ainda estava faltando. Se em termos fiscais e práticos de eficiência o ganho foi pequeno, o maior mérito das privatizações teria sido *político*, no sentido de sinalizar ao *mercado* que aquele era um governo aberto às reformas. Problemas reais foram criados por essas privatizações, como novos oligopólios. Quanto à formação eventual de monopólios, causada pela simples transferência de monopólio estatal para uma empresa privada, esse era um problema real para o qual o governo não estava preparado; mas nenhuma resposta foi direcionada nesse sentido, naquele momento (GIAMBIAGI, PINHEIRO, 1993). As privatizações tinham um objetivo claro, mas suas conseqüências não estavam previstas.

A instabilidade do Estado e a inflação substituíram, segundo Brasílio Sallum Jr, o desenvolvimento como questão política básica daquele período. Um novo projeto político para o país é formulado pela elite brasileira, nos moldes do neoliberalismo: o confronto aberto com o Estado intervencionista se consolidou nos anos 90 com a ascensão de Collor ao governo da União, mas tal projeto começou a ser socialmente construído nos anos 80, com a difusão dessas idéias pelos meios de comunicação (SALLUM JR., 2003: 35-41); o que não impediu que o moribundo nacional-desenvolvimentismo fosse cristalizado na Carta Magna de 88.

7. Breve discussão acerca dos governos Lula e FHC

Armando Boito (2005) aponta que o primeiro governo Lula se aproxima do segundo governo Fernando Henrique em sua tentativa de dar novo “fôlego político” a um “modelo antinacional e antipopular de capitalismo”.

O processo de internacionalização financeira exacerbada da economia (abertura comercial combinada a juros elevados) que levou o Brasil, assim como outros países da América Latina, a mascarar as altas desigualdades de renda, baixa produtividade, baixa competitividade internacional e as pouco efetivas instituições públicas (NAIM, 1995) é considerado por Fiori como um caminho adotado no governo FHC para uma falsa inserção brasileira na economia global, e que sinaliza a opção pela aliança com o “núcleo duro da direita” assim como com a burguesia do capitalismo financeiro *hardcore* em detrimento de uma política desenvolvimentista, como se este fosse o *único e inevitável* caminho a seguir (FIORI, 1997). A inevitabilidade das escolhas passadas e o atual resultado que seria o *melhor dos mundos possíveis* também são discutidas por autores como Wanderley

Guilherme dos Santos e Francisco de Oliveira. Para este, o governo FHC é neoliberal, pois “em parte nenhuma o neoliberalismo pode se impor sem uma forte intervenção estatal. Esta é uma de suas contradições” (OLIVEIRA, 1998: 16).

O país estaria comprometido pela *ditadura dos credores*, causada pela financeirização da economia mundial após o segundo choque do petróleo em 1979 (PAULANI, 2005:50). O governo petista não escapa de diagnóstico similar: tal inevitabilidade da política econômica ortodoxa também é apontada por Sicsú (2003) como uma opção pela “governabilidade conservadora” sem “plano B”, ou seja, o governo Lula sequer teria ensaiado a transição para outra política econômica.

A convicção de Boito é de que este caminho da ortodoxia é ligeiramente abandonado no segundo mandato do PSDB por questões estratégicas: com déficits nas contas externas, diminui a capacidade do Estado de pagar os juros e serviços das dívidas interna e externa. Isto redundava em baixo nível de reserva cambial e suprime a mobilidade do capital financeiro *sans frontier*, que usualmente opera a curtíssimo prazo e demanda liquidez imediata. Esta foi uma pequena correção de rumo do governo FHC com a qual o presidente Lula acabou por se comprometer.

Para Sicsú, ao contrário. As medidas adotadas por FHC, como câmbio flutuante com mobilidade de capitais, banco central autônomo, regime de metas de inflação e também de *superávits* primários, não teriam sido executadas a contento segundo avaliação *dos mercados*. O Banco Central manipulava a taxa de juros como forma de conter ou estimular o fluxo de capitais estrangeiros; praticava intervenções sistemáticas no preço do dólar com a venda de reservas cambiais e títulos indexados à variação do câmbio. Portanto, para obter credibilidade, Lula teria adotado essas medidas com muito mais profundidade e amplitude, com o objetivo final de impedir qualquer mudança do modelo de política econômica (SICSÚ, 2003). Para Paulani (2005), esta foi uma opção por um *projeto de poder* – uma escolha política consciente – que distanciou o Partido dos Trabalhadores de um *projeto de Nação*.

A política de exportações do governo PT pode, para Boito, ser compreendida não como uma ruptura com a “hegemonia do capital financeiro”, mas como forma de agradar e ampliar a base burguesa interna “do modelo capitalista *neoliberal*” (grifo nosso). O autor define “burguesia interna” como a parcela da burguesia que tem interesses econômicos no país sem se apresentar como defensora de interesses nacionais, especialmente representada pela FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). Sempre segundo Boito, esta burguesia teria sido mais bem acomodada com a eleição de Lula do que o foi durante o governo FHC. Também os trabalhadores pauperizados teriam sido mais bem contemplados pelas políticas compensatórias em relação aos trabalhadores

organizados, com o dinheiro público do que o autor chama de “*sobras de caixa*” que não configuram direitos consolidados, engendrando uma nova forma de populismo que não será aqui explorada.

De acordo com Paulani, o governo do PT, ao pregar a *responsabilidade fiscal*, aproximou-se em demasia do governo do PSDB, perdendo suas características de partido de esquerda. O “pecado original” do endividamento público não leva em consideração, segundo a autora, que os juros elevados são responsáveis pelo aumento da dívida, e não a gastança irrefreada. Endividamento é o combustível do qual o capitalismo se alimenta para investir e se expandir (PAULANI, 2005:63-71).

8. Lula e FHC, o jogo do conteúdo do novo-velho desenvolvimentismo

Fernando Henrique Cardoso, em 1995, disse que *sua* principal missão era acabar com a “Era Vargas” no Brasil. Queira-se ou não, Vargas teve papel preponderante na construção do Brasil moderno, urbano e industrial por meio do capitalismo de Estado, a chamada “saída prussiana” por via autoritária. Tentou-se suprimir o dissenso não exclusivamente pela violência cometida a partir do aparato estatal, mas, principalmente, pela cooptação dos atores sociais (MENDES, 2006 : 5-9). Cooptar não significa necessariamente corromper; mas será que a cooptação não degenera em corrupção no Estado moderno, burocrático e instituído? Não se pretende responder a isto no presente artigo; o propósito é desenhar, ainda que com contornos bastante rústicos, um esboço do ciclo que se pretendia acabar e encerrar: a política industrial protecionista e intervencionista, o fim impreterível do modelo de substituição de importações; o fim da via autoritária e da construção de um projeto de Nação “pelo alto”, imposto “de cima para baixo”; a politização da economia; a reforma do Estado a partir do modelo *managerialist*; Estado gerencial, apolítico, dos cidadãos-clientes ou ainda, clientes-cidadãos.

Não podemos afirmar incisivamente, contudo, que o fim das práticas conciliatórias em substituição ao consenso estivessem de todo incluídas no programa presidencial, haja vista que seus principais aliados durante os oito anos de governo estavam no Partido da Frente Liberal, fundado à época da abertura democrática por ex-membros da Arena, o partido de sustentação do governo militar instaurado no Brasil por duas longas décadas. O desejo de modernidade, de instauração da ordem racional-legal, a todo instante se defronta com as oligarquias de ontem e demanda um *acerto* entre as partes. Para realizar o brilhante destino futuro, é preciso conciliar-se, no presente, com as forças do passado.

Muitas das acusações que pendem sobre o governo FHC, tais como as “alianças espúrias, os escândalos das compras de votos, o fisiologismo elevado ao estatuto de

estratégia (...) um ministério anódino” (OLIVEIRA, 1998:14), também atingiram o primeiro governo Lula. Os problemas como recessão, desemprego e pífio crescimento do país, permanecem em ambos os governos. A distinção entre as duas gestões reside principalmente nas diferenças biográficas entre seus protagonistas. Mas não só.

Neste caso não sabemos até que ponto o *carisma*, a *fortuna* e a *virtú* do político são suficientes para afetar e determinar eficazmente a condução da política. Até que ponto a *vontade política* faz real diferença, em contexto de economia financeirizada e globalizada? O próprio Lula afirmou que “muitas vezes, a vontade política esbarra na plutocracia de todos os países” (KAMEL, 2009:669). Os Estados cedem soberania à organismos multilaterais e se tornam operadores do capitalismo, prontos a intervir no sistema sempre que necessário. Estaríamos de fato presos no “processo de causação retroacumulada” (SANTOS, 1998) no qual as decisões presentes estão condicionadas inevitavelmente pelas decisões passadas, que só poderão ser plenamente avaliadas no futuro distante, quando “todas as previsões diluviânicas ou poliânicas tornar-se-ão precariamente verdadeiras”?

Isso não impede que se aponte, porém, a principal diferença entre os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso e o primeiro mandato de Luis Inácio da Silva. Suas perspectivas de desenvolvimento são distintas no que tange a ação direta do Estado: este deve manter seu papel de *empresário* ou deve restringir sua participação à marcos regulatórios e políticas sociais difusas com o objetivo de mitigar a exclusão social daqueles que não podem ser totalmente integrados? Para FHC, o mercado financeiro foi a saída. Para Lula, que persistiu neste caminho durante seu primeiro mandato, há atualmente indícios discursivos de que as privatizações, se não podem ser revertidas, também não serão encorajadas. Ele prevê, em seu segundo mandato, a expansão do gasto público para fortalecer a economia e consolidar suas políticas sociais, tendo Getúlio Vargas por paradigma explícito.

Podemos dizer que a diferença principal entre as duas gestões políticas está no *espírito* que orientou os processos decisórios. Se a política econômica de PSDB for neoliberal, de acordo com Sallum Jr, e a do PT for sua continuidade, então estamos falando de *neoliberalismo* continuado. Mas, ainda segundo o mesmo autor, “o debate público” e “os conceitos esparsos em documentos oficiais” durante o governo FHC, se aproximam muito do pólo liberal-desenvolvimentista, sem, no entanto, orientar sistematicamente a ação governamental, orientada mesmo pelo neoliberalismo fundamentalista (SALLUM JR, 2000).

Entre o início desta pesquisa e sua redação final, o mundo sofreu os efeitos da crise bancária norte-americana que redundou em escassez creditícia e afetou muitos países, dentre os quais, o Brasil – que neste momento, encontra-se em recuperação. O “fim do

neoliberalismo” foi “decretado” há meses por alguns intelectuais de esquerda, e na leitura contínua de Adam Smith à direita, busca-se a justificação de intervencionismos variados dos Estados na vida econômica das nações. É neste contexto que o presidente Lula chega ao seu penúltimo ano de mandato, com a proposta de expansão de gastos e consolidação jurídica de políticas públicas sociais (LULA propõe, 2009), sem tentar, entretanto, qualquer emenda na política econômica, porque, nas palavras do próprio Lula, “ninguém vai ser bobo de mexer na estabilidade econômica e permitir que a inflação volte”. Não é a economia, efetivamente, que distingue o “período FHC” do “período Lula”. A opção foi pela diferenciação na prática política, e isso já no primeiro mandato: o trato com a imprensa⁴, o desprezo pelo Estado Mínimo, a valorização do carisma presidencial (deveras importante no presidencialismo de coalizão) e de seu suposto apartidarismo – tudo concorre para que os interesses contrários coexistam no seio da administração estatal, sem rupturas ou reformas significativas (VIANNA, 2007), o que por vezes confunde os partidários e antigos aliados do PT. Para Francisco de Oliveira, tantos interesses agregados resultaram na formação de uma nova classe social, pois se “os fundos de acumulação foram de origem estatal (...) a financeirização também foi uma criação estatal”; esta clara opção pelo estatismo no governo PT, sempre segundo Oliveira, deu origem a essa nova classe, privilegiada por acessar os fundos de previdência complementar das empresas estatais – os famigerados “fundos de pensão” (OLIVEIRA, 2006).

9. À guisa de Conclusão

A variável explicativa “*se a prática liberal-desenvolvimentista permeia as políticas públicas brasileiras, será esta uma característica da democracia consolidada?*” permanece, até o presente momento, inconfirmada. No recorte temporal abrangido por esta pesquisa, o “novo desenvolvimentismo” esteve mais para um *espírito* (ou *espectro*, se o leitor preferir) debatido em meio governamental, partidário e acadêmico – um rótulo, uma pecha, uma idéia – do que algo *vivo* no pensamento político brasileiro.

Em contrapartida, não parece estranho afirmar que o desenvolvimentismo, ora compreendido como a *vontade* de romper com o atrasado, de sermos modernos e enfim assumirmos o destino de potência regional – quiçá mundial! – ombreada com Rússia, China, Índia e tratando de igual para igual com Estados Unidos e países europeus, é um “sonho de futuro compartilhado” que anima o *espírito* de nação, no Brasil. O desenvolvimento

⁴ Em que pese o silêncio e as críticas que Lula por vezes impõe à imprensa, a percepção é de que seu governo não privilegiou alguns veículos de comunicação em detrimento de outros, ou seja, o tratamento imposto é uniforme. Por outro lado, os setoristas (jornalistas) do Planalto já não temem terem suas “cabeças pedidas” pelos chefes do governo por conta de alguma matéria ou alguma pergunta “quebra-queixo”, um temor bastante real durante o governo PSDB (NOSSA & SCOLESE, 2006:197)

econômico (hoje) pode ser tutelado ou regulado pelo Estado; mas o desenvolvimento social, este certamente é capitaneado pelo Leviatã, sem o qual nada se faz, nem nada será feito. O desenvolvimentismo já foi, e aparentemente continua sendo, a “fórmula objetiva” com o propósito de “solidarizar num esforço duradouro os membros atuais do grupo com as gerações passadas e futuras” (BURDEAU, 2005:16-17). Queremos ser ocidentais. Nada disso é estranho ao sentimento nacional, e nem mesmo ilegítimo, posto que nossa história seja um desdobramento da própria expansão européia. Mas não elimina o fato de que, nesta conta, os termos parecem estar fora de ordem: o desenvolvimentismo surge como proposta de um Estado que reclama uma nação, e não o contrário.

10. Referências

ABREU, Alzira Alves. *A ação política dos intelectuais do ISEB* in: TOLEDO, C.N. (org). *Intelectuais e Política no Brasil – a Experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005

ABRÚCIO, Fernando Luiz. *O impacto do modelo gerencial na Administração Pública – Um breve estudo sobre a experiência internacional recente*. Brasília, ENAP, Cadernos ENAP nº10, 1997

ARIDA, Pérsio; BACHA, Edmar L.; LARA-RESENDE, André. *Credit, Interest, and Jurisdictional Uncertainty: Conjectures on the Case of Brazil*. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/PDF/seminario/2004/Paper%20Edmar%20Bacha.pdf> Acesso em junho, 2007

ASSIS, J. Carlos de. *A macroeconomia do pleno emprego* in: SICSÚ, J., DE PAULA, L.F., MICHEL, R. (orgs) *Novo Desenvolvimentismo* Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Adenauer Stiftung, 2005

BOITO, Armando. *O governo Lula e a reforma do neoliberalismo*. 2005. Disponível em: http://www.cecac.org.br/matérias/Armando_Boito_Governo_Lula.htm Acesso em: 30 de dezembro de 2008

BURDEAU, Georges. *O Estado*. São Paulo: Martins Fontes, 2005

CASTRO, Lavínia Barros de. *Privatização, Abertura e Desindexação: a primeira metade dos anos 90 (1990-1994)* In: GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André. *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)* 9ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005

COUTO, Cláudio G.; ABRÚCIO, Fernando Luiz. *O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições*. Tempo soc. , São Paulo, v. 15, n. 2, 2003 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 Jul 2008.

DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso*. São Paulo: UNESP, 2006

FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?* Estudos Avançados., São Paulo, v.1,n.1, Dez.1987.Disponível http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141987000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em Julho, 2009

FERNANDES, Florestan. *Mudanças Sociais no Brasil*. p. 315-355. São Paulo: Difel, 1974

FIORI, José Luis. *Para repensar o papel do Estado sem ser um neoliberal*. Rev. Econ. Polít., São Paulo, v. 12, n. 1, 1992

_____. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997

GIAMBIAGI, Fabio; PINHEIRO, Armando Castelar. *Brazilian Privatization in the 1990's*. Texto para Discussão 0323 Brasília: IPEA, 1993

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5ª ed. Atlas: São Paulo, 2007

KAMEL, Ali. *Dicionário Lula*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009

HIRST, Paul; GRAHAME, Thompson. *Globalização em questão – A economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Petrópolis: Vozes, 2002

MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Polis/Vozes, 1985

MARQUES, Hamilton Nonato. *Liberalização da Economia e Governabilidade*. Rio de Janeiro, IPEA, Texto para Discussão nº 0232, 1991

MENDES, Rogério Baptistini *Transição e desenvolvimento: anotações sobre Getúlio Vargas e o início da trajetória brasileira* in Cadernos da FESPSP, vol 2. SP: FESPS, 2006

MINDLIN, Betty. *O conceito de planejamento* In: MINDLIN, Betty (org). *Planejamento no Brasil 1*. 1ª.ed. São Paulo: Perspectiva, 2001

NAIM, Moisés. *Latin America and the Morning After: Euphoric perceptions, fragile realities* Em: <http://www.foreignaffairs.org/19950701faessay5052/moisés-naim/latin-america-the-morning-after-euphoric-perceptions-fragile-realities.html> Acesso em: 28 de dezembro de 2008

_____. *O Consenso de Washington ou a Confusão de Washington?* Rev. Bras. de Comércio Exterior, nº 64, junho-setembro 2000. Rio de Janeiro: FUNCEX.

NOSSA, Leonencio; SCOLESE, Eduardo. *Viagens com o Presidente*. RJ: Record, 2006

OLIVEIRA, Francisco de. *A derrota da Vitória: a contradição do absolutismo de FHC* in NOVOS ESTUDOS nº50. SP: CEBRAP, 1998

_____. *A Navegação Venturosa* in *A Navegação Venturosa*. SP: Boitempo, 2003a

_____. *O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003b

_____. *O Momento Lênin*. Novos Estudos. CEBRAP. São Paulo, v.75, p., 2006

PAULANI, Leda Maria. *Sem esperança de ser país: o Governo Lula, dezoito meses depois* in: SICSÚ, J., DE PAULA, L.F., MICHEL, R. (orgs): *Novo Desenvolvimentismo* Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Adenauer Stiftung, 2005

PREBISCH, Raul. *Estudo Econômico da América Latina (1949)* in: BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – vol. 1*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record; Cofecon; CEPAL, 2000

SALLUM Jr, Brasília. *O Brasil sob Cardoso – neoliberalismo e desenvolvimentismo*. Revista Tempo Social. São Paulo, v. 11 n. 2. out. 1999

_____. *Globalização e Desenvolvimento: a estratégia brasileira nos anos 90*. Novos Estudos. CEBRAP. São Paulo, v. 58, p. 131-156, 2000

_____. *Metamorfoses do Estado Brasileiro no Final do século XX*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 18, nº 52, junho/2003.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Do Diário de Sísifo: Obstáculos Econômicos à Democracia Sustentável*. Novos Estudos. CEBRAP. São Paulo, v.50, p.61-89, 1998

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. 1ª. ed. São Paulo, 2000

SICSU, João. *Definições, primeiros resultados e perspectivas da política econômica do governo Lula*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 12, n. 2 (21), 2003. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/definicoes_primeiros_resultados_per_spectivas.pdf> Acesso em 28 Jul 2008

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renalt. *Por que novo-desenvolvimentismo?* Rev. Econ. Polít., São Paulo, v. 27, n. 4, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-3157200700040001&lng=&nrm=iso&tlng=>> Acesso em 20 de maio de 2008

SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)* 3ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990

TOLEDO, Caio Navarro de. *Iseb: Fábrica de Ideologias*. Campinas: Unicamp, 1997

_____. *Iseb: Ideologia e Política na Conjuntura do Golpe de 1964* in: TOLEDO, C.N. (org). *Intelectuais e Política no Brasil – a Experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005

VIANNA, Luiz Werneck. *O Estado Novo do PT*. Disponível em www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=755 Acesso em 21 de setembro de 2009

LULA propõe uma consolidação das leis sociais. Disponível em www.informes.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=909:lula-propoe-uma-consolidacao-das-leis-sociais&catid=1:latest-news&Itemid=108 Acesso em 21 de setembro de 2009.